

# Sarney admite declarar moratória

ELIANE CANTANHEDE

BRASÍLIA — “O pagamento da dívida externa é uma questão lógica: tem dinheiro, paga; não tem, não paga. “Com essa equação, simplíssima até para uso doméstico, o presidente José Sarney admitiu ontem, em entrevista exclusiva à Agência Estado, que o governo não descarta a moratória como possibilidade real ou, no mínimo, como instrumento de pressão nas negociações com os credores externos brasileiros.

Sarney admitiu ainda que o nível das reservas cambiais está “num ponto difícil”, mas ressaltou: essa não é uma dor de cabeça exclusiva para o Brasil. “Os credores conhecem a situação e sabem melhor do que ninguém que os pagamentos terão de ficar nos limites da nossa realidade. Não há mágica”, advertiu. A esperança do presidente, portanto, é de que o mercado financeiro internacional volte a injetar recursos novos no Brasil e assim evite a moratória.

Em nenhum momento, nos 40 minutos da entrevista, Sarney revelou as perdas cambiais dos últimos meses, ou ratificou informações extra-oficiais de que a moratória será automaticamente adotada quando as reservas ficarem aquém de US\$ 4 bilhões — o limite considerado mínimo pelas normas de segurança nacional. Entretanto, ele deu novas pistas para a decretação de uma segunda moratória em seu governo: “O que adiantam as medidas para controle da inflação, do déficit público e da dívida interna, se elas não são acompanhadas de medidas também na área externa? Tudo é estreitamente vinculado”, observou.

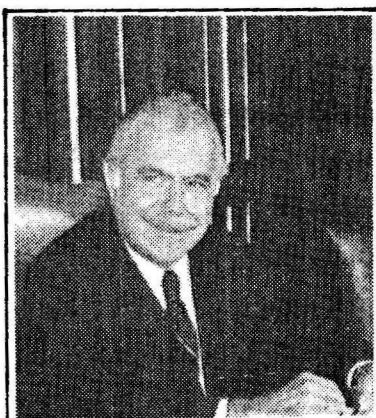
Na terça-feira, o governo resolveu adiar o pagamento de uma parcela de US\$ 500 milhões em juros da dívida externa. Segundo o chanceler Abreu Sodré, que no meio da tarde estava na ante-sala do gabinete presidencial, aguardando um despacho com Sarney, a versão do Ministério da Fazenda para o atraso nesse pagamento é verdadeira. “Pelo menos, eles nos disseram, também, que havia sido um pro-

blema técnico do computador”, disse Sodré.

A seu lado, o embaixador Gilberto Veloso, chefe de gabinete do Ministério das Relações Exteriores, acrescentou que pediu ao Ministério da Fazenda instruções sobre o adiamento dos US\$ 500 milhões. “Precisamos repassar essas informações aos nossos embaixadores no Exterior, para que eles respondam de forma única às dúvidas dos credores”, disse.

## DEMISSÕES

O presidente José Sarney garantiu: “Não houve qualquer



*“Resisti às mais perigosas seduções”*

recuo do governo” quanto à demissão de funcionários públicos contratados nos últimos cinco anos e, portanto, não considerados estáveis. “Por que eu iria recuar, se já havia assumido o desgaste de anunciar pela televisão, no meu discurso de domingo, que haveria demissões? O mais difícil estava feito”, argumentou.

Segundo o presidente, “houve um erro burocrático do Gabinete Civil, que bateu um decreto (decisão automática) em vez de uma medida provisória (a ser submetida ao Congresso)”. Ele tomou conhecimento da falha ao receber o conjunto de atos, às 20 horas de domingo, no Palácio da Alvorada, e tentou adiar o anúncio das demissões para o dia seguinte.

“O João Batista (ministro do Planejamento) foi quem ponderou que aquele era um sinal importante e não deveria ser

adiado”, afirmou o presidente, informando que já às 9 horas da manhã seguinte, ao convidar oficialmente o jurista Oscar Corrêa para o Ministério da Justiça, o decreto foi transformado em medida provisória. “Sem recuo”, insistiu.

Sarney observou que a admissão de funcionários é individual e, portanto, a demissão não pode ser coletiva, a não ser que regulamentada por lei do Legislativo. “Esse argumento, inclusive, o deputado San Thiago Dantas usou em 1961, quando o presidente Jânio Quadros demitiu 20 mil funcionários”. Na época, Sarney era vice-líder do governo e foi responsável pela defesa da medida na tribuna. Perdeu, pois a Justiça deu ganho de causa à oposição.

Ontem, o presidente estava bastante satisfeito com as reações ao Plano Verão e à reforma administrativa, citando especificamente a pesquisa Ibope que registrou 56% de aprovação à sua decisão de demitir funcionários públicos. “Acho que estamos indo muito bem”, disse Sarney, acrescentando que durante todo o processo de elaboração do plano econômico ele tinha à sua disposição quadros comparativos dos erros e acertos dos planos Cruzado e Bresser.

Esses quadros foram os principais responsáveis, por exemplo, pela decisão de jogar os juros para a estratosfera e impedir, preventivamente, que a pressão sobre o consumo prejudicasse todo o resto das medidas. “Eu acho que o consumo vai até subir, mas não naqueles níveis do Cruzado. E desta vez estamos preparados porque temos estoques, estamos impedindo os estoques especulativos e temos brechas para que eventuais importações sejam feitas de forma organizada”, disse o presidente, num só fôlego.

Falante, simpático, Sarney só parecia um pouco mais magro do que nos últimos meses. “Foi duro, mas eu resisti às duas mais perigosas seduções: à antecipação do choque e à demagogia. Tudo o que era preciso fazer foi feito em 1988 e o choque foi dado na hora e sob as circunstâncias certas”, disse ele, convicto de que, desta vez, tudo vai dar certo.